

DISCURSO DE POSSE DE ABGAR RENAULT NA CADEIRA N.º 12 DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, VAGA DE JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES

Entro nesta Casa ilustríssima guiado pela mão generosa do meu eminente antecessor.

Numa tarde antiga, não sei de que ano, encontrei-o; travamos conversação, falamos de livros e homens de letras; de repente, ouvi-lhe, surpreso, estas palavras: — “Você deve candidatar-se à Academia; a Academia precisa de poetas”. “Como?” — tornei eu. “Não tenho nenhum livro publicado e, se tivesse, as coisas ficariam, talvez, mais difíceis ainda... Só com o patrocínio de Santa Rita dos Impossíveis...”

Não lhe esqueci a boa palavra e aqui estou entre vós, turbado e recontente com a vossa graça, que se alonga e alcança a indicação — para receber-me — do meu querido amigo Deolindo Couto, singular, complexa personalidade, cujo exato valor intrínseco, seja intelectual, seja moral, somente pode ser sentido pelos que têm a fortuna de com ele conviver.

Em todo caso, não serei um marginal da literatura. Serei, antes, um marginal da publicidade, já que fui sempre menos ouidoso de editar que de compor. Não é que desdenhe da publicação, mas é que sou possuído continuamente da angústia do pensado à pressa, do indecorosamente composto, do ruralmente escrito em estilo pedestre.

Com muita coisa escrita e apenas dois livros de versos dados à estampa, oferecido grande parte do meu tempo ao magistério, ao estudo das coisas da educação e ao seu trato na administração pública, dou motivo a que os escritores abundantemente publicados estranhem a minha esquivança em face dos editores.

É certo que, a meu aviso, o prazer da expressão nada tem de comum com o ato exterior de dar a lume o que se escreveu. Em mim, aquêle prazer, que existe, vez por outra, no compor um poema, exaure-se no próprio ato da escrita.

Todavia, serei um escritor e um poeta se entre as suas características figurarem certa preocupação com a qualidade do que se escreve, certa dúvida sobre o que foi lançado no papel, uma aspiração constante ao melhor ou menos ruim.

É do admirável Joseph Joubert, amigo de Chateaubriand, este aforismo lapidar, que figura no seu livro *Pensées, Essais et Maximes*: "*Pour écrire bien il faut une facilité naturelle et une difficulté acquise*".

Ser-me-ia impossível adotar a afirmação de Alberto Caeiro, um dos heterônimos de Fernando Pessoa: "Penso e escrevo como as flores têm cor". Provavelmente porque escrever não é vocação em mim, mas apenas débil aptidão, soffro esse ato como um processo de desaprender a facilidade com que "as flores têm cor"; de fazer esforço por associar apropriadamente o sentido das palavras e o seu som; de lutar por que o espírito se mantenha em atmosfera lógica ou poética; de preocupar-me com a conquista do ideal de lançar com exatidão no papel o que parecia exato no espírito; de estabelecer equilíbrio tal entre a mensagem e o seu meio de expressão, que nem se exalte a primeira às expensas do segundo, nem se alcance aperfeiçoar este em detrimento daquela. Foi o que tentei exprimir neste

POÉTICA

A misteriosa concisão do raio,
uma harmonia de água, vento e prata,
justos quais corpos que só de ar se enluvem.
É com os olhos em ti que sonho e esvaio
o nulo sonho da palavra exata,
ó inexatidão de ausente nuvem.

Um escritor pode ser um renovador da linguagem, mas é simultaneamente seu guarda e conservador da sua tradição.

A consciência impõe-lhe essa pesquisa de si mesmo, essa paciência no buscar a única forma possível para a expressão do mais simples pensamento. Ah! de quem — na sentença de Mário de Andrade — "se bota escrevendo romance ou poesia para tapar os buracos do tempo", ou seja, sem a consciência da importância e da dificuldade em que o grave ato de escrever consiste.

Aliás, parece-me que a preocupação com os problemas de linguagem não deve limitar-se ao círculo dos que escrevem obras de ficção e poesia e se entregam à penosa tarefa do jornalismo, mas atingir quantos, pela natureza do seu mister capital, são obrigados a escrever ou falar. Num poema famoso, o grande poeta alemão Stefan George exprimiu a essencialidade da linguagem: "Onde a palavra falta — nada existe." (Kein Ding sei wo das Wort gebricht.)

José Carlos de Macedo Soares foi personalidade intelectual dotada de múltipla riqueza. Quem lhe estude a obra haverá de surpreender-se com a latitude das províncias de conhecimento que o seu interesse o levou a percorrer.

A enumeração completa de suas publicações, incluídas conferências, discursos e alguns documentos de Estado, abrange nada menos de 115 títulos.

Nêle encontramos o homem de letras, que escreveu "Tirso de Molina", "Antônio Vieira e Afrânio Peixoto", "A Eloquência e a Sabedoria de Santo Antônio de Lisboa", "São Francisco de Assis, Precursor da *Rerum Novarum*", "Santo Antônio autor da Imitação de Cristo"; que discorreu sobre Camões por duas vezes em cursos levados a efeito por esta Academia em 1942; compôs livros em que predominam o senso crítico e o gosto dos cotejos históricos e literários; o economista, que nos deixou notáveis estudos, entre os quais "O Imposto Único — Georgismo", "Valorização Imerecida" e "A Borracha"; o estudioso de problemas pedagógicos, que publicou trabalho precursor sobre as relações entre a psicologia e a pedagogia, há 57 anos, quando em nosso país era, por assim dizer, completa a ignorância desses assuntos; o historiador que nos deixou belos e úteis estudos e ensaios; o orador de vãos excelsos, em que a eloquência era força intrínseca, filha do calor das suas convicções e da sua sensibilidade, e não simples vanilóquio perdido no vácuo dos arroubos retóricos.

"A Borracha" é lúcido ensaio em que os dados históricos, alternando com os fatos econômicos e os algarismos e revelando a tendência predominante no espírito do autor, põem ao alcance de quem o lê muita coisa curiosa, como, por exemplo, os capítulos sobre a evolução da indústria da borracha e sobre a sua produção.

O trecho seguinte dá testemunho da atualidade da visão, que Macedo Soares tinha, da economia e da intervenção estatal nessa área: "Todas as questões financeiras dos nossos dias, notadamente as relativas à valorização do meio circulante, dependem do fato econômico, irreduzível e inalterável: produzir; e de seus corolários: vender fora do país vantajosamente os excedentes da produção sobre o consumo e aplicar os lucros, intensificando continuamente a produção.

"Admite-se hoje, geralmente, a conveniência da intervenção do Estado em certas questões de ordem econômica. O direito de legislar e o poder de seu crédito dão-lhe autoridade direta em negócios até agora cuidadosamente vedados às suas incursões. As antigas e justificadas desconfianças contra o 'estatismo' cederam em muitos pontos. A velha concepção da escola individualista do Estado arrecadador de impostos, distribuidor de justiça e mantenedor da ordem, teve de recuar ante a necessidade do exercício da função coordenadora das grandes forças econômicas".

A sua obra *O Brasil e a Sociedade das Nações*, volume de mais de 300 páginas, não é somente a história das relações do nosso país com esse organismo internacional, como o título parece indicar; nem mesmo apenas uma história minudenciosa e completa das origens, com a descrição da estrutura e do funcionamento daquele aparelho destinado, em última análise, a criar um mundo de entendimento, boa vontade, cooperação e paz, mas é, por igual, a sua história crítica, em que o autor nos depara a atuação dos grandes homens de Estado daquela época, entre as quais avulta o Presidente Woodrow Wilson, professor da Universidade de Princeton, de cuja poderosa personalidade o livro nos oferece penetrante análise, que tem o valor de notável retrato psicológico, moral e intelectual.

Composto em estilo vigoroso, nítido, econômico, de linguagem clara e severa, reveladora de escritor que tem segura consciência do manejo do seu instrumento de trabalho, esse livro contém descrições exatas da situação internacional da época, como esta, por exemplo: "O tempo encarregou-se de provar rapidamente que a terra é muito pequena para permitir o isolamento de povos da mesma civilização, que progridem nos mesmos caminhos, permeáveis às mesmas influências intelectuais, com as mesmas aspirações morais, tentando o mesmo sonho de felicidade, paralelos nesse esforço de vida como as grandes árvores da floresta que alçam as comas na ânsia da luz. A grande guerra provou até a última evidência o entrelaçamento de todos os interesses morais, intelectuais, econômicos, financeiros e comerciais das nações do mundo."; e encerra visões antecipadoras do mundo que viria: "A conjunção da política interna e externa é hoje uma realidade incontestável e, em muitos casos concretos, pode-se afirmar que a política exterior dos Estados não é mais que a projeção de suas lutas internas."

Fronteiras do Brasil no Regime Colonial é um livro de sínteses, admiravelmente elaboradas, dos fatos que precederam as bulas papais, os tratados e escrituras subscritos pelos reis de Portugal e de Espanha e de Portugal e de França, e contém esboços biográficos de figuras centrais de alguns acontecimentos: a Rainha D. Maria Bárbara, de Portugal, Alexandre de Gusmão, Artigas e outros.

De suas páginas, ricas de informação e esclarecimento, sobressai a notável súpula do *uti possidetis*, que passou a ser a regra da nossa diplomacia, no relativo ao estabelecimento das fronteiras nacionais.

Em 1822, à época da independência, o Brasil não tinha limites territoriais definidos, e o princípio adotado foi o do *uti possidetis, ita possideatis*, criação do direito romano que se transferiu ao direito público, ou seja, o critério — nas palavras de Nascentes de Azambuja no *Memorandum* anexo ao Relatório do Barão de Cotegipe, datado de 1870, — da "posse real e efetiva, herdada ao tempo da sua (do Brasil) emancipação política".

O tratado de 1750, assinado por Dom João V, de Portugal e Dom Fernando VI, de Espanha, reis que, segundo Robert Southey, "parecem, na verdade, ter-se adiantado ao seu século", é devido, no tocante ao Brasil, a Alexandre de Gusmão. Esse eminente brasileiro conseguiu no Preâmbulo do documento estabelecer: "Cada parte ha de ficar com o que actualmente possui", idéia que preludiava o preceito terminante do art. III — o *uti possidetis*; e introduziu no art. XXI esta regra providencial: "Sendo a guerra ocasião principal dos abusos, e motivo de se alterarem as regras mais bem concertadas, querem *Suas Magestades Fidelissima, e Catholica*, que se (e que *Deos* não permita) se chegasse a romper entre as duas Corôas, se mantenhão em paz os Vassalus de ambos, estabelecidos em toda a America Meridional, vivendo huns e outros como se não houvera tal guerra entre os Soberanos, sem fazer-se a menor hostilidade, nem por si sós, nem juntos com os seus Alliados".

O livro *Justiça*, composto em forma de diário, relata episódios da revolução de 1924, que teve a cidade de São Paulo por centro e é uma explicação da atitude então assumida por Macedo Soares, atitude que não foi política, senão humana.

De sua leitura conclui-se que a mira da ação do autor, corajosa e infatigável, foi substituir a ação do governo que praticamente deixara de existir; manter a ordem pública e evitar o caos; assegurar os direitos dos cidadãos perante os dois grupos em luta e promover o abastecimento de viveres indispensáveis à população da capital do grande Estado.

Para tais fins, houve Macedo Soares que entrar em entendimentos com os chefes militares e igualmente com o chefe do governo da República, o grande brasileiro Arthur Bernardes, e o do governo paulista.

É uma apologia no sentido clássico da palavra — uma defesa cabal, em que apenas por via oblíqua e discretamente são postos em evidência o desinteresse político e a energia de Macedo Soares, cuja figura irrompe do grave episódio engrandecida pelo reconhecimento público.

Fontes da História da Igreja Católica no Brasil, resultado de pesquisas demoradas e pacientes é trabalho assim de historiador como de católico. Traço curioso é o seu sentido eminentemente didático: escrito com clareza e agudo senso pedagógico, transmite cópia abundante de valiosas informações, como, por exemplo, as descrições de documentos, a indicação dos países e, nêles, dos locais onde estão arquivados, relação de termos técnicos, sua origem e sentido, rica bibliografia e, mais do que isso, sábios conselhos a quem se inicia na pesquisa histórica, especificamente no que respeita à nossa religião e ao nosso país.

Não é apenas do ponto de vista da história, em si, da religião católica no Brasil que essa obra nos interessa. O fato religioso vive tão intimamente de mistura com a própria vida nacional em suas numerosas ma-

nifestações, que o estudo desta implica e exige o daquele, um lança luz sobre a outra e reciprocamente se iluminam.

Se aponta as deficiências, dificuldades e óbices que se opõem à pesquisa e ao estudo direto das fontes, o autor também indica pormenorizadamente onde e como buscar informação e esclarecimento.

A seguinte transcrição dará a medida da magnitude da tarefa do pesquisador, dos obstáculos a ele opostos, da indigência dos meios de que dispomos no Brasil e de como proceder para obviar a tamanhas contrariedades: "Os fundos que mais interessam à história da Igreja no Brasil são, entre outros, o Arquivo Secreto, que está guardado em 78 armários, dos quais 28 encerram os *Regesta*, com 2.048 tomos; os *Consistoriais*, com mais de mil volumes referentes aos consistórios, eleições de cardeais e bispos, modificações territoriais das dioceses e outras matérias, e compreendem três secções: *Acta Camerarii*, *Acta Cancellarii* (*Vice-Cancellarii*) e *Acta Miscellanea*; o da Secretaria de Estado, em que se guarda a correspondência das nunciaturas e legações, com mais de seis mil volumes, as cartas de cardeais, com 189 volumes, as dos bispos, com 380 volumes; e os documentos da Congregação do Concílio, que recebe os relatórios dos bispos."

Essa notável obra de consulta, repositório de elementos informativos, advertências e sugestões da maior utilidade, cerra-se com estas Conclusões que resumem a posição dos estudos históricos entre nós, no concernente à história da Igreja Católica em nosso país: "I — Não foi ainda escrita a história da Igreja Católica no Brasil. II — Tal lacuna é consequência das dificuldades, até hoje insuperáveis, de coleta, nas fontes, do material indispensável para a realização de tão valioso trabalho. III — É obra imprescindível, precipuamente para que os professores de História tenham elementos para escrever manuais da história da Igreja no Brasil, a fim de facilitar tão importante estudo, em especial nos seminários. IV — É obra factível, depois que foram abertos por Leão XIII os arquivos e a biblioteca da Santa Sé, e realizada a modernização dos arquivos e bibliotecas de quase todos os países da Europa e da América. V — A história da Igreja Católica no Brasil deverá orientar-se, acêrca da maneira de se enquadrar no ensino da História Eclesiástica, pelas lições de Leão XIII e Pio XII. VI — Os historiadores nossos contemporâneos farão obra meritória, mas não definitiva, porque existem, assim em Portugal como no Brasil, mais de um milhão de documentos que ainda não foram devidamente relacionados nem, menos ainda, interpretados."

No magnífico discurso de posse de Macedo Soares nesta Academia de tão ricas tradições, li este pensamento: "A meditação e o estudo da história da civilização impuseram-me o terror dos julgamentos globais e definitivos". A análise do seu conteúdo não nos depara apenas o escrúpulo de um homem que se teme de ser injusto. Essas palavras rasas possuem sentido mais profundo: parecem dizer que a História não é nenhum Tri-

bunal, não julga, não absolve, não condena. Delas é lícito colher impressão que do conceito de História teria tido o meu preclaro antecessor. Não o exprimiu mais longa e frequentemente, talvez porque o estilo e o tom do seu espírito não o houvessem inclinado às disquisições de natureza filosófica. Mas o indício da sua tendência conceitual da História parece estar presente ali. Nem poderia personalidade intelectual da estirpe de Macedo Soares deixar de sentir a interpenetração da História e da Filosofia, visto que, se, de um lado, o sentido histórico é próprio do acontecimento humano, a tentação de interpretar esse sentido é irresistível no espírito do Homem. É impossível desconhecer tal esforço interpretativo, isto é, a filosofia. É mais fácil negá-la do que fugir-lhe. Regeitá-la implica, afinal, a adoção de uma atitude filosófica. Se a História não esgota a realidade, como Hegel afirmava, tampouco se reduz a mero reflexo de uma história anterior, isto é, das condições herdadas do passado, como pretende Karl Marx. Interpretá-la ou atribuir-lhe uma filosofia não é um luxo do espírito: é d'ele necessidade inelutável. Essa filosofia constitui-lhe uma espécie de álgebra, na significativa expressão de Maurice Merleau-Ponty. De qualquer modo, história linear, ou linearmente exposta e interpretada, não é História.

É, pois, inegável que a História constitui um problema filosófico e, precisamente em virtude de se lhe haverem acentuado os vínculos que lhe imprimem o caráter de ciência, ela, no dizer de Dilthey, não é uma ciência qualquer, mas a ciência do homem e, por isso mesmo, o problema filosófico da História é por muitos considerado o problema cardeal da filosofia.

Se é exato que somente saturado de História pode o Homem ser definido, é também curial que o fato histórico não existe sem o Homem, que é o seu criador e lhe imprime sentido e caráter. O grande feito do pensamento filosófico ligado ao historicismo — a cisão das ciências, que até o Século XVIII constituíam um todo, em ciências da natureza e ciências do homem — deu nascimento a uma autonomia de que vieram a defluir as mais variadas correntes filosóficas na apreciação da História, algumas polarmente opostas.

São exemplos típicos: o pensamento do alemão Stromer, que criou a *historionomia*, cujos objetivos são impor precisão astronômica à História, prever os acontecimentos como se fôsem eclipses e, mediante cálculos *historionômicos*, submetê-los a tratamento matemático; o de Ostwald, outro alemão, que vai à fronteira oposta e afirma que a filosofia, a filologia e a história são ciências meramente egocêntricas, pois ciência incapaz de profetizar, em vez de ser ciência das coisas, é uma nova escolástica, é ciência de papel; e o de Schlozer, também alemão, que, criticando o conceito de História vigente até o século XIX — simples narrações em ordem cronológica, cheias de números e datas —, atirou-lhe esta farpa: "A História é a estatística em marcha; a estatística é a História em repouso".

Mas ao lado dessas três ópticas existe larga faixa na qual numerosos nomes se inscrevem, na condição de pensadores que interpretaram a História e a conceituaram à distância dos extremos que acabamos de mencionar.

Sem entrar na apreciação dos conceitos, já precursores, mas naturalmente ainda rudimentares, esposados por Tucídides, Políbio, Tito Lívio, Tácito e, já no século V, por Santo Agostinho e, mais tarde, por outros pensadores, passemos rapidamente revista às idéias que se nos afiguram mais ricas de originalidade em sua época.

Entre elas figuram as de Giovanni Batista Vico, que considerava a história processo de desenvolvimento oriundo de uma "sabedoria poética", das idéias impessoais, religiosas e instintivas da sociedade primitiva, processo que toma a direção de uma "sabedoria oculta" e transforma as idéias comunicadas por via divina em consciente sabedoria filosófica. A sua "lei dos ciclos" — divino, heróico e humano — esforça-se por conformar o fluxo histórico a êsses três períodos, cujos exemplos aparecem, a seu juízo, no governo, na língua, na literatura, na jurisprudência, na civilização.

Voltaire, que parece ter sido quem usou pela primeira vez a expressão filosofia da história, está entre os criadores de pontos de vista novos. A História pertence, na sua opinião, pesquisar a origem do acontecimento, estudando os costumes, os hábitos, as línguas, as instituições dos povos.

Apesar de epigramática (ou por isso mesmo), a crítica formulada por Schlozer à conceituação de História provocou reação salutar, de colorido nitidamente romântico. Seus inspiradores foram Chateaubriand e Walter Scott e seus adeptos principais Thierry, Michelet, Taine, Mommsen, Treitschke, Ranke, e Carlyle.

Mais tarde, Herder, o grande inspirador do *Sturm und Drang*, ataca vivamente a tese racionalista. E surge Comte com a sua "lei dos três estados" — teológico, metafísico e positivo — e faz da história uma ancila da política. E vem Karl Marx com os ciclos do feudalismo, do capitalismo e do socialismo e funda o materialismo histórico.

O sentido de relatividade e contingência da História é apoiado por Croce, ao afirmar não ser o importante o estabelecimento dos fatos passados, mas a consciência que o historiador tem de si mesmo na realidade histórica.

É claro que êsse ato da consciência do historiador é fundamental, mas, se o que importa é mais êsse ato do que o fato histórico em si, há de seguir-se que a história é relativa e contingente e está sujeita a constantes e, até, simultâneas reavaliações.

Oswald Spengler retoma e desenvolve a idéia de cultura como entidade global, lançada por Frobenius, e defende o sentido da História como fato econômico, muito embora admitindo que a história grega, por exemplo, pode ser compreendida independentemente da economia e que os motivos econômicos podem alternar-se com os motivos fundados numa idéia. O pensa-

mento spengleriano é francamente pessimista e dominado por um determinismo cego.

Já Arnold Toynbee, embora concorrendo no pensamento da decadência do Ocidente — que é como alguns críticos interpretam a sua “desocidentalização histórica” — tem diversa perspectiva e reinstaura a vontade do Homem na deflagração do acontecimento histórico sob o estímulo de um desafio do meio. É a teoria do desafio e da réplica.

Tal variedade de modos de ver, só por só, é indicativa da fluidez do conceito e da dificuldade de cristalizá-lo. A História como ciência padece destas perigosas contingências: ser criada pelo Homem, tê-lo, necessariamente, por seu centro, na posição de ator ou espectador, e, por outro lado, defrontar a dificuldade de que a sua matéria nunca está presente e, por viver no espírito, com êle vai sempre variando.

Numa palavra, é a sua relatividade, que Raymond Aron denominou “relatividade perceptiva”.

Dir-se-á que, em variável medida, tôdas as ciências são necessariamente relativas por serem tôdas antropomórficas. A psicologia, por exemplo, sofre do grave mal sem cura do “monodeísmo da consciência”, que consiste em ser esta, simultaneamente, sujeito e objeto da observação, nos pontos de partida das suas indagações básicas.

Mas a psicologia procura escapar a tal contingência ou corrigi-la mediante experiências, testes e confrontos, que se repetem continuamente, dentro da categoria humana e fora dela, ao passo que nos domínios da História não há experimentações.

Embora os meios de comunicação tenham reduzido o mundo a modestas escalas domésticas, e a velocidade histórica tenha, por via de consequência, alcançado o ritmo da velocidade social e, portanto, haja a História perdido o caráter de “coleção de crônicas locais”, de que fala Karl Jaspers, e adquirido simultaneidade, unidade e universalidade, — nem por isso logrou despojar-se da sua ingênita “relatividade perceptiva”.

Macedo Soares não admitia uma perspectiva romântica em virtude da qual a História se erige em tribunal. E tinha razão. Dir-se-ia que o historiador julga; a História, não. Ela é indiferente. Por isso mesmo, recusa, desdenhosa, o nobre título de mestra da vida (*historia vitae magistra*).

Tampouco podia Macedo Soares aceitar uma História determinista. Repugnava-lhe ao espírito e ao coração católicos a visão do Homem arrastado por motivos puramente materiais ou impelido por forças obscuras a tatear cegamente pela História — essa “estrada que”, na esplêndida alegoria de Max Weber, “o diabo calça de valores destruídos”.

Ai estão os porquês do sábio e escrupuloso terror que êle guardava dos “julgamentos globais e definitivos”.

É possível que aos argumentos racionais houvesse precedido o seu profundo sentimento cristão, que haveria tido raízes no providencialismo de

Bossuet e apolo nesta proposição de Hegel: "Tôda a História vai para Cristo e vem dêle. A aparição do filho de Deus é o eixo da História Universal".

Uma das inferências que ressaem da leitura da obra de José Carlos de Macedo Soares é esta: êle tinha o sentimento da qualidade da linguagem. Nenhum de seus livros apresenta pecados gramaticais, e é fácil imaginar o que seu autor pensaria dos deslizes que caracterizam os escritos dos nossos dias e depõem, não apenas da ignorância, senão também, e sobretudo, da completa falta de consciência da significação do escrever e das aflições impostas pelo manejo idôneo do instrumento da expressão, por excelência, que é a língua nacional. Das preocupações do espírito de José Carlos de Macedo Soares com êsses problemas dá testemunho vivo o só fato de haver êle pertencido à Academia Brasileira de Filologia, bem como tudo quanto deixou escrito.

Não é de mister nenhum excesso imaginativo para avaliar a impressão que lhe causaria a linguagem usada hoje em nosso país, onde o desleixo, o descaso, a inconsciência no escrever assumem espantosas proporções, ainda entre os que escrevem por dever de ofício, gôsto ou vocação.

Não estamos a pensar em desprezíveis gramatiquices ou meras questões opinativas, objeto de eleição segundo o gôsto de cada um. São coisas dêste gênero, contraditórias em muitos jornais e revistas: — "Não existia instrumentos e técnicas apropriadas" — "Haviam pessoas..." — "Soem haver casos" — "São problemas nos quais talvez ninguém pensasse nêles" — "Esta decisão implica em injustiça" — "O Governador reuniu-se com o Secretário do Interior" — "Foram procedidas as investigações" — "O seu dever é de andar depressa" — "Faltam maiores detalhes", curiosa contradição, que lembra a história de um *nouveau riche* a porfiar para adquirir a maior miniatura do mundo...

Inventou-se recentemente o verbo *injustiçar* com o sentido de *não fazer justiça* e como antônimo de *justiçar*, mas acontece que *justiçar* não é *fazer justiça*; é *punir com a morte, supliciar* ou *demandar em juízo*, por forma que, se falar: "Ele foi injustiçado" significasse alguma coisa, seria isto: "Ele não foi morto, não foi supliciado ou demandado em juízo" — "Aguardo-me para opinar mais tarde". Esses primores e muitos outros podem ser colhidos cada dia na linguagem forense...

Exemplo da falta de respeito com que as palavras vão sendo tratadas é o emprêgo do advérbio latino *inclusive*, isto é, *inclusivamente*. Há pessoas que o colocam logo no começo das frases: — "Conhece fulano?" — "*Inclusive*, falei com êle hoje"; ou no meio entre vírgulas: "Eu estou, *inclusive*, muito triste". Os jornais estão cheios de coisas assim: "Periga a paz no Oriente Médio, e sabe-se, *inclusive*, que tem havido intenso tiroteio nas margens do Canal de Suez". O exemplo mais recente ouvi-o no rádio, e é realmente extraordinário: — "A viagem do Sr. Presidente da República inclui, *inclusive*, uma visita à exposição de gado de Uberaba".

Esse horrível cacoete frui tal prestígio, que estou muito suspeito de estar prosperando por aí um clube — o Grêmio dos Inclusivistas, dedicado ao cultivo, encorajamento e difusão do uso errado desse pobre vocábulo, até os limites mais remotos da tolerância...

Mas não é só. Devem também ser trazidas à colação as influências da leitura de línguas estrangeiras, notadamente do espanhol, do italiano, do francês, do inglês.

Da primeira língua: — “*Siga aprendendo*” (que é significativamente o título de um livro escolar, em vez de: “*Continue aprendendo*” — “*Frente a esse espetáculo recuaram todos*” — “O Diretor-Geral da UNESCO, quem acaba de chegar ao Rio de Janeiro”, frase na qual se entendeu que o *quien* espanhol só tem por equivalente o nosso *quem* — “O *ingresso* (isto é, a *arrecadação*) no 1.º trimestre não correspondeu à expectativa”. Dentro em pouco estaremos usando *presupuesto* em lugar de *orçamento*... — *Tão logo* — expressão em que uma partícula intensiva aparece a modificar estranhamente uma conjunção — está em grande voga.

Do italiano está sendo importado, com freqüência, entre outras palavras, o substantivo *contributo* para substituir *contribuição*, não sei porque nem para que.

O francês já lançou em nosso mercado, onde vão tendo largo consumo: à *partir de* com o sentido de *com base em*: “É a *partir* do estudo que se aprende — “O dinheiro foi recebido *através* do Secretário da Fazenda”, sentença em que nossa língua estimaria se houvesse dito *por intermédio de*. — “À *base de* cálculos certos, chegou a conclusões erradas” — “*Face a* tais documentos, nada foi possível fazer”. Em 1964 deu-se ao posto de Chefe da Casa Civil da Presidência da República o título de Ministro Extraordinário *Para* os Negócios da Casa Civil. Isso é bom francês e péssimo português. Seria o caso de dizer-se também Ministro *para* a Educação, *para* o Exército, etc. — O jargão dos economistas usa *demand* na acepção de *procura*. Por que não escrever também lei da *oferta e da demanda*?

A messe mais farta é oferecida pela língua inglesa, e temos: “*Interferir com*” — “Esse ponto tem sido muito *insistido* por várias autoridades”

“O *pífio creativo* (*creative*), está a substituir a nossa bela palavra *criador*. Muito pitoresco é o caso de *warmongers*, *boateiros de guerra*, que os nossos jornais estamparam, durante o segundo conflito mundial, como os *monges da guerra*... — “*Eu estou a cargo* da 1.ª Diretoria”. Lembra-me haver um dos nossos melhores jornais informado recentemente que o astronauta americano que saía da nave espacial estava muito *casual*. Ora, *casual*, aí, é *déspreocupado*, *à vontade*, *descuidoso*, etc.

O verbo *ignore*, que só em inglês arcaico tem o sentido de *ignorar*, *não saber*, e modernamente só é usado na acepção de *não tomar conhecimento de*, *não dar importância a*, é invariavelmente traduzido por *ignorar* e, então, temos: “O avião alçou vôo *ignorando o tempo*” — *Task-force*,

que é *agrupamento tático*, vem sendo traduzido por *força-tarefa*, expressão que não quer dizer coisa nenhuma — *Conversely* é *conversamente* — palavra que não existe em nossa língua, e o termo jurídico *to penalize*, *impor pena*, vai sendo descaradamente traduzido por *penalizar*.

Pior é a abusiva tradução do pronome *that* por *aquêle*, de que dá exemplo típico esta frase: "O consumo desse alimento na Rússia será 48% inferior *àquele* dos Estados Unidos".

Os estrangeirismos incorporam-se à língua muito menos por necessidade do que por ignorância e preguiça. Quando uma agência telegráfica envia aos nossos jornais a notícia de que foi conseguido o *accouplage* ou o *accouplement* de dois segmentos de uma nave espacial, surgem estas traduções sinistras: *acoplagem* e *acoplamento*. Eis a razão: é mais fácil adaptar levemente esses vocábulos à nossa língua do que descobrir-lhes em qualquer dicionário escolar os equivalentes vernáculos: *junção*, *engate*, *união*.

A mesma ignorância e a mesma preguiça traduziram a expressão inglesa *reference books* por *livros de referência*, conquanto *reference* aí nada tenha que ver com *referência* e seja *consulta*, precisamente o que se quer dizer, isto é, *livros de consulta*, como dicionários, enciclopédias, etc., e adaptaram indecorosamente certos termos de aviação como: o adjetivo *pressurized* aplicado a *cabine*, que resultou logo em *cabine pressurizada*, apesar de não termos a palavra *pressura*; *to block*, cujo significado é *encher*, *ocupar*, e que foi naturalizado como *bloquear*.

Quanto à ordem das palavras na sentença, ouvem-se e lêem-se coisas assim, também de origem inglesa: Livros de *apenas* 50 páginas — Motores *de*, *até*, 50 cc. de cilindrada.

Nem sequer a ortografia se respeita. Pensa-se que, por escrever-se *dispêndio*, deve escrever-se *dispende*, que de *discreto* sai certamente *discreção*, palavra que não existe. Vários jornais deram de grafar *exceção* com dois ss e, ao mesmo passo, exigem raivosamente que o governo acabe logo com o analfabetismo... Por que, então, colaboram com tanto eficácia para a sua difusão?

O notável ensaísta Osman Lihs exprimiu o mal estar de muitos ao dizer em excelente artigo: "A imprensa, cujo papel seria, em tese, civilizador e orientador, dedica-se em grande parte, aliada ao rádio e à TV, numa espécie de pacto com os anunciantes, à missão de barbarizar e confundir."

Não se pode explicar nem defender esses despropósitos com a alegação muito gasta de que tudo isso é linguagem popular e, afinal, é o povo que faz a língua. A origem não é popular, mas letrada, pois o povo não lida com inglês, francês e espanhol, é a língua que o povo cria não é a língua da cultura, isto é, dos escritores, dos jornalistas da imprensa escrita e da imprensa falada, de quantos utilizam a televisão, dos administradores em

geral, de quem quer que escreva ou fale em razão de officio e, por utilizar um meio de comunicação pública, tem o dever de contribuir para a illustração popular.

Merecem meditação estas sentenças magnificas nascidas da sensibilidade e da cultura do grande João Ribeiro: "Quem não está informado de algumas pequices gramaticais, fica inteiramente esmagado em suas ambições literárias.

"Não podemos conceber a existência de um bom escritor ou mesmo de escritor aceitável se não se justifica pela urbanidade da linguagem.

"A questão de escrever com precisão e com razoável primor a língua que se fala, é uma dessas decências elementares, dessas virtudes de urbanidade que não podem ser indiferentes à arte literária."

Nítidas provas de que não há nenhuma incompatibilidade entre o escrever gramaticalmente certo e o escrever admiravelmente bem, extraindo da palavra efeitos surpreendentemente belos e eficazes, são, por exemplo, os estilos de Alceu Amoroso Lima e Gilberto Amado — cimos do pensamento contemporâneo.

Concluindo esta digressão, direi que somente os grandes têm o direito de tomar liberdade com as "pequices gramaticais" de que fala o texto do mestre. Liberdade pressupõe disciplina.

Como se vê, a obra de José Carlos de Macedo Soares, em que os estudos históricos ocupam o maior espaço, é numerosa, ampla, diversificada em múltiplos temas, de elevado teor cultural e escrita com o carinhoso cuidado de quem sabe que escrever é uma forma de construir.

Não obstante o seu lido valor, aquêle que a compôs foi ainda mais importante. Quero dizer: o homem foi ainda mais alto do que o escritor. Com êle convivi durante o período em que ambos fomos Ministros do Presidente Nereu Ramos, nome que declino reverentemente, em homenagem a uma das mais fortes personalidades morais e intellectuais e a um dos raros homens de Estado dêste país.

Costuma ser perigoso o contacto com gente de fama. O homem é, em geral, estragado pelo poeta, pelo músico, pelo pintor, pelo romancista, pelo crítico, pelo poderoso que se hipertrofia desmedidamente e lhe compromete a autenticidade. Nada me horroriza tanto como a importância, seja qual seja o seu pretexto. Nada me parece tão triste como a invasão e ocupação do homem, em seu ser quotidiano e essencial, pela sua arte, pela sua ciência, pela sua cultura, pelo seu poder, pela importância a êle superposta por qualquer forma de fama, notoriedade ou glória, frequentemente maiores do que êle próprio. Essa ocupação o torna inabitável...

Macedo Soares era o oposto. Os seus títulos que iam a 68, entre nacionais e estrangeiros, os cargos eminentes que ocupou no governo da República e no seu Estado, o poder que várias vezes deteve nas mãos, o seu

imenso prestígio político, social e literário, nada de tudo isso me pareceu nunca presente nesse fidalgo; nunca o fulgor da glória e do fausto ofuscou a sua naturalidade, nem os vapores do orgulho derivado da fama lhe tolheram o olhar ou exacerbaram a discreta aristocracia do seu modo de ser. Foi um gentil-homem, cuja fidalguia de espírito e de maneiras dêle fêz harmoniosa personalidade.

Político muito hábil, dotado de temperamento imaginoso e pugnaz, deixou em numerosos corações memória indelével do que logrou fazer, como Ministro da Justiça do Presidente Getúlio Vargas, em benefício de presos políticos, cuja vida na prisão melhorou sensivelmente e a muitos dos quais concedeu liberdade. Aliás, foi essa a condição por êle imposta para aceitar aquela pasta.

Do homem de ação fulminante ou paciente, e sempre eficaz, que êle foi, deram testemunho as horas afiltas da revolução de 1924, quando realizou prodígios para socorrer o povo da capital do seu grande e poderoso Estado.

Como embaixador e como chanceler, demonstrou a sua aptidão para lidar com problemas políticos de envergadura internacional, e, segundo vimos, parte muito significativa da sua obra — o volume *Fronteiras do Brasil no Regime Colonial* — tratou de história diplomática. Seus notáveis talentos de conciliador e pacificador, aliados à perspicácia, à inteligência e à tolerância, valeram-lhe o título de Chanceler da Paz, que lhe foi conferido após a vitória dos seus esforços a fim de pôr termo à guerra do Chaco, havendo sido de seu punho a redação do protocolo final.

Lidimo liberal, de coração e por formação, a sua foi uma das vozes de mais pura inflexão democrática que o Brasil já pôde ouvir e compreender.

Homem abastado, morreu pobre, porque era do seu natural distribuir largamente, entre os amigos, muito do que possuía e doar somas vultosas a obras pias vinculadas à Igreja Católica.

As suas peregrinas virtudes de homem público se entroncavam nas qualidades primorosas que compunham o homem privado e tiveram como raízes últimas o seu amor ao Brasil, a inflexibilidade da sua crença democrática, o seu ardente coração, a firmeza da sua fé, a fé que inspirou a Chesterton estes versos profundos:

"The men who wear the Cross of Christ
Go gaily in the lark."